

As mulheres, o movimento sindical e a luta por soberania alimentar

No dia símbolo da luta das mulheres por igualdade, a CUT marcou presença nas atividades realizadas em todos os estados do país e na fronteira Brasil-Uruguai, em evento internacional organizado pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), da qual a Central faz parte e que abrange mulheres trabalhadoras do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai.

Mais de cinco mil reuniram-se na fronteira para escrever mais uma parte de uma história marcada por uma trajetória de luta por uma sociedade justa e igualitária. Na UFRJ a comemoração foi na última sexta-feira.

No dia 20 o SINTUFRJ promove uma bonita comemoração. Reproduzimos nesta edição artigo da presidente da CUT/RJ, Neuza Luzia Pinto, que trata da luta por soberania alimentar e da incorporação desta pauta no movimento pelas mulheres. Por que falar em soberania alimentar? O que isso quer dizer? Deve ser uma bandeira de luta do movimento sindical cutista? As mulheres devem se apropriar desse tema? Soberania alimentar é o direito que os povos e os países têm de definir suas políticas agrícolas e alimentares e protegerem sua produção e sua cultura alimentar, para não serem prejudicados pelos demais. A relação entre os povos não precisa ser de prejuízo; trabalhadores podem plantar para si e trocar seus excedentes com outros povos.

A Central Única dos Trabalhadores, na condição de entidade de classe que se relaciona com entidades coirmãs de todo o mundo, pode e deve contribuir neste processo de estabelecer outros patamares de trocas alimentares entre os povos, sem a mediação das empresas transnacionais que visam o lucro e não o bem-estar das pessoas. A luta por soberania alimentar é, portanto, a luta de um povo pela prerrogativa de escolher o que quer produzir e consumir, bem como o que necessita para sua sobrevivência e bem-estar!

Nós, mulheres, somos um sujeito político central nesta luta, uma vez que as companheiras do campo, que detinham o conhecimento sobre as sementes e cumpriam uma função fundamental nas comunidades rurais, hoje vêm sendo sistematicamente expulsas do campo, vindo para o meio urbano e com isso engrossando as fileiras do desemprego, ou se submetendo a trabalhos precários e informais.

Assim, para nós, sindicalistas da CUT, a bandeira da soberania alimentar integra a luta por trabalho decente no campo e na cidade. É correto afirmar que uma nação que assume o desafio de construir a sua soberania alimentar está também em busca de novas relações sociais, livres da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres.

Por isso, quando nós da CUT falamos em igualdade de oportunidades, ela também é pensada na perspectiva da produção, distribuição e consumo de alimentos. O princípio da soberania alimentar foi proposto pela Via Campesina a partir de 1996, para se contrapor às políticas neoliberais que protegem o interesse das grandes empresas e que aparece mascarada com o nome de segurança alimentar. Nas políticas de livre-comércio, a alimentação é apenas mais uma mercadoria, e não um direito. Para os movimentos do campo, a ideia de soberania alimentar é também uma ferramenta de luta e gera propostas, que são apresentadas tanto para os governos locais como para as instituições internacionais.

No último período, nós assumimos o desafio de incorporar essas reivindicações às nossas pautas, e as mulheres vêm dando exemplo quando mobilizam milhares para a Marcha das Margaridas, durante a qual as companheiras rurais da Contag têm a oportunidade de apresentar agendas propositivas. Para as mulheres sindicalistas, essa questão é importante, porque o campo, hoje, está dominado por grandes empresas transnacionais que detêm a propriedade das sementes e decidem o que deve ser plantado, como deve ser plantado e o preço a ser vendido.

O problema é que essa decisão não é tomada levando-se em conta a qualidade de vida das pessoas, a necessidade de alimentar os povos e o cuidado com a preservação da água e do solo. Ela tem o único objetivo de aumentar o lucro das empresas. Os alimentos têm cada vez mais agrotóxicos, sobem de preço e nossos países ficam progressivamente mais vulneráveis aos objetivos das empresas, que, muitas vezes, plantam alimentos que não serão consumidos por nossos povos, já que serão vendidos para os países nos quais as empresas possam ter mais lucro.

Ou ainda a plantação de artigos alimentícios é substituída por monocultura da cana para o agrocombustível, ou do eucalipto para a celulose, assim como a biotecnologia e os transgênicos que contaminam o solo dificultam o plantio de sementes orgânicas e criollas.

Por tudo isso, o Brasil é um país que produz muitos alimentos e, no entanto, não é uma nação em vias de conquistar a soberania alimentar. Este é um problema estrutural no Brasil, potencializado por um conjunto de fatores: a histórica ausência de uma reforma agrária, as taxas crescentes de exportação de alimentos para mercados externos, o aumento da dependência de empresas transnacionais da agroindústria, a centralização do controle sobre ativos e recursos naturais, a concentração da renda, os baixos salários, os altos índices de desemprego e as políticas recessivas ou de baixo crescimento.

Por soberania alimentar, lutamos contra o poder das transnacionais e pelo direito dos povos a comer, cultivar, distribuir e preparar os alimentos com autonomia, sem dever nada a ninguém. Nas políticas de livre-comércio, a alimentação é apenas mais uma mercadoria e não um direito. Enfrentar a opressão e a exploração é fundamental nas lutas camponesas por soberania alimentar.

Essa luta se vê refletir nas mobilizações das mulheres por autonomia, compartilhamento de responsabilidades e pela sustentabilidade da vida humana. Assim, convidamos todos e todas sindicalistas e camponesas a entrar nessa luta pelo direito de produzir alimentos saudáveis para alimentar nosso povo!

Neuza Luzia Pinto